

# Carlos Fernando: a força tarefa da Lava Jato

## RESUMO:

Embora com as dificuldades características brasileiras, como o “foro privilegiado”, o serviço que a Operação Lava Jato presta ao país é essencial; hoje seus membros são reconhecidos e aplaudidos nas ruas. A palestra do Procurador Dr. Carlos Fernando dos Santos Lima foi importante para esclarecimento de alunos, professores e público em geral, tendo sido mediada pela jornalista Lenise Aubriff Klenk e pelo advogado Luiz Alberto Cartaxo Moura.

## AUTORA:

Andréa Kraemer – Estilista de moda, artista plástica, sócia gerente do Estúdio Algarismo.

O Dr. Carlos Fernando dos Santos Lima, Procurador da República e membro da Força Tarefa do Ministério Público Federal na Operação Lava Jato da Polícia Federal, proferiu palestra com o tema “A força tarefa da Lava Jato”.

Num tempo em que muitos brasileiros não sabem a escalação completa do time de futebol para o qual torcem, mas conhecem o nome de todos os ministros do Supremo, ouvir um dos membros da operação Lava Jato é relevante, já que esta operação enfrenta todos os dias o anúncio de seu fim; sendo relevante a observação de que esta não está chegando ao final, precisando sempre do apoio da população.

Como uma investigação de um posto de gasolina, envolvendo a princípio quatro doleiros, transformou-se na Lava Jato?



Jornalista Lenise Klenk, Procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, Diretor Jurídico do Graciosa, Dr. Luiz Alberto Cartaxo Moura

Começou com uma investigação de doleiros. Um pequeno fio levou ao novelo de uma rede extensa de corrupção na maior empresa brasileira, e esta corrupção estende-se a toda a administração federal, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Ministérios da Fazenda e do Planejamento; e isso não ocorre apenas no Governo Federal, acontece em quase todos os governos estaduais, municipais e estaduais.

O palestrante declarou que a Lava Jato não é uma investigação sobre um governo de um determinado partido político, o que revela é como se financia a política no Brasil, e esta política é financiada com recursos públicos desviados, propina, caixa 2 e até mesmo doações ilegais.

A operação é produto do trabalho de uma equipe grande e que conta, inclusive, com alguma sorte e com as condições do momento econômico. Segundo Carlos Fernando, se a economia não estivesse em tão má situação, talvez os grupos políticos tivessem conseguido parar as investigações. A ausência de liderança política e de percepção da dimensão da Lava Jato permitiu que ela se desenvolvesse até o ponto em que a bola de neve ganhou tal proporção, que hoje é praticamente impossível pará-la como foram paradas muitas outras grandes operações (Boi Barrica, Satiagraha, Castelo de Areia, etc.). Podem parar através da movimentação de lideranças políticas, já percebidas, no sentido de desautorizar as investigações. Dr. Carlos renova, por isso, o pedido de apoio da população.

Não é a Lava Jato que vai eliminar a corrupção, por isso foram propostas as “10 medidas contra a corrupção”. Nosso sistema judiciário, disse ele, não foi feito para funcionar, não foi feito para atingir políticos, executivos, prefeitos, dirigentes de

estatais, e sim para atingir uma população pobre, mas não o tipo de criminalidade que é investigada na Lava Jato, a de colarinho branco. Estamos na mesma situação que os Estados Unidos estiveram há mais de cem anos, quando em 1906, Theodore Roosevelt tomou medidas que permitiram processar criminosos de colarinho branco, pela primeira vez com efetividade. Assim como naquele país, não adianta apenas fazer leis enquanto tivermos uma política tão cara; rouba-se para fazer política, rouba-se para fazer campanha eleitoral muito mais do que para o eventual enriquecimento pessoal. Precisamos reformar nosso sistema para tornar a política mais barata, e nas palavras do palestrante, “não é nossa função propor esta reforma, isso cabe à população e ao Congresso, apenas apresentamos nosso diagnóstico”.

Não é possível termos tantos partidos políticos sem maior representação, apenas usufruindo das cotas partidárias, tempo de TV e postos de liderança no Congresso.

Não poderemos contar sempre com a Lava Jato e outras Lava Jato. Lembramos as várias operações que já foram encerradas; a Castelo de Areia investigava praticamente a mesma coisa que a Lava Jato. Não podemos depender de pessoas, precisamos depender das Instituições. O que hoje é excepcional deve passar a ser normal.

Disse ainda que se espera que as próximas eleições (outubro/2016) sejam mais baratas e mais limpas, porque algumas pessoas estão com medo de praticar o que foi comum em outras. Este medo pode se diluir até 2018, por exemplo, e serem achadas novas maneiras de burlar a lei.

As “10 medidas” podem ser mudadas para melhorar, não é uma proposta acabada



ou que pretenda ser perfeita, mas não podemos permitir que sejam destruídas em seu propósito. Na Itália, após as “Mãos Limpas”, foram aprovadas pelo Congresso medidas que dificultam processar políticos, e é o que se tenta no Brasil, inclusive com a ideia extremamente casuística de aprovar foro privilegiado para ex-presidentes da República.

Outra ideia é impedir a colaboração de pessoas presas, sob a alegação de proteger direitos humanos. Dentre as delações premiadas obtidas pela Lava Jato, cerca de 80% foram de pessoas em liberdade, apenas 20% de presos. Além de que, colaborar é uma técnica de defesa; sob o pretexto de direitos humanos o que se está propondo é a restrição do direito de defesa.

Novamente nas palavras do procurador Carlos Fernando, “não existem heróis nem ninguém acima da lei na Lava Jato, somos todos funcionários públicos fazendo aquilo que vocês que nos pagam tem o direito de exigir, nosso dever”.

A jornalista Lenise Klenk indagou sobre qual seria o ambiente entre o STF e a PGR após a suspensão de parte da delação de Leo Pinheiro, feita recentemente pelo STF. O doutor Carlos respondeu que isso foi uma atitude correta, visto que se tratava de fatos que não constituiriam crime, e que sequer teriam sido enviados ao STF, foi apenas uma crise artificial criada por um veículo de imprensa.

À pergunta da jornalista sobre quais seriam as lideranças que o palestrante citou como tentando barrar as investigações, o doutor

Carlos observou que veremos muitas tentativas do que chamamos “assassinatos de reputação”, que é o método que se usa tentando colocar a população contra os investigadores e a investigação, e por isso pede que usemos a razão e continuemos apoiando, “não a mim, ao doutor Sérgio ou ao doutor Deltan, mas à aprovação de leis que mudem este país”.

Sempre há crises, enfrentamos uma nova a cada semana, mas temos que ter tranquilidade para lidar com elas. Nenhum outro país tem 22 mil detentores de foro privilegiado, até os próprios procuradores tem foro privilegiado, e um dos problemas do foro é que o Supremo não é um tribunal penal, não tem a estrutura e a agilidade necessárias a um tribunal penal, é um tribunal constitucional. Porém os processos penais de detentores de foro privilegiado são julgados pelo STF, em seu rito e tempos.

O doutor Cartaxo indagou, por sugestão da plateia, o que o doutor Carlos pensava sobre a questão da prisão de condenados em 2ª instância, e a resposta foi que considerou uma boa medida do STF, e que a população brasileira espera que continue assim; é preciso que o sistema tenha lógica, e que o receio da punição efetiva iniba o crime. Nenhum outro país tem quatro graus de jurisdição. A decisão de 2º grau esgota a análise do fato criminoso; os tribunais superiores, STJ e STF são órgãos de análise de conformidade das Legislação Federal e da constitucionalidade, não analisam o fato. O doutor Carlos finalizou declarando que “não somos heróis, não queremos ser heróis, queremos fazer as coisas como devem ser feitas”.